

O Subsídio é Lei. Cumpra-se!

A assembléia geral da quinta-feira última (2), decidiu que o Sindifisco-PB entrará com ação judicial para o cumprimento da Lei do Subsídio, que vem sendo desrespeitada desde o início do Governo Ricardo Coutinho.

Durante a assembleia, a categoria demonstrou sua indignação diante das atitudes irresponsáveis do Governo e das mentiras publicadas para confundir a opinião pública acerca da Lei do Subsídio.

Ação contra benefícios fiscais ilegais

Outra decisão da assembleia geral foi questionar judicialmente os benefícios fiscais que contrariem recente decisão do Supremo Tribunal Federal. Os chamados *termos de acordo* prejudicam a livre concorrência no Estado e a forma como são concedidos atualmente vai de encontro ao princípio da publicidade dos atos na administração pública.

Além disso, a concessão de renúncia fiscal através dos termos de acordo alimenta a guerra fiscal nos Estados, na qual todos saem perdendo e a sociedade é a mais prejudicada.

Apoio à UEPB

Por unanimidade, os auditores aprovaram *moção de apoio* aos professores, funcionários e alunos da UEPB, em face da tentativa do Governo Estadual interferir na autonomia da Universidade.

A exemplo do que fez com o Fisco e outras categorias, o Governador Ricardo Coutinho se utiliza dos mecanismos de Estado para atacar as instituições, impondo seu modo autoritário e repressivo de governar.

A greve continua legal

Ao contrário das mentiras divulgadas pelo Governo na tentativa de confundir a opinião pública, o TJ-PB não decretou a ilegalidade da greve do Fisco. Na sessão de quarta-feira (1º/02), o pleno do Tribunal rejeitou os embargos de declaração do Sindifisco-PB na ação declaratória de ilegalidade de greve.

Mesmo com a rejeição dos embargos, houve êxito para o Sindicato, que pretendia que o Juiz Aluísio Bezerra registrasse, por escrito, que não havia julgado a tese de inconstitucionalidade da Lei do Subsídio.

O Juiz confirmou, no julgamento dos embargos, que retirou de seu voto a menção de inconstitucionalidade em relação à Lei do Subsídio. Ou seja, o mérito do acórdão do dia 18 de novembro tão somente suspendeu o movimento paredista, não tendo julgado em hipótese alguma a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei. A greve da categoria fiscal continua legal.

Protestos na ALPB

A primeira sessão da Assembleia Legislativa, na quarta-feira última (1º/02), foi marcada por protestos dos auditores fiscais e de outras categorias, a exemplo de professores, funcionários e alunos da UEPB, que demonstraram indignação contra o

Governo autoritário da Paraíba. O Governador Ricardo Coutinho, temendo os movimentos sociais, mandou dizer que estava sem voz, enviando um discurso mentiroso para ser lido na tribuna. O mais digno seria o Governador, democraticamente, ter comparecido à ALPB para explicar por que acabou a autonomia da UEPB.

Dia do Fiscal

Foi apresentado à ALPB, na quinta-feira última (2), Projeto de Lei que institui o dia 13 de março, data do aniversário do Sindifisco-PB, como o Dia do Auditor Fiscal na Paraíba. A propositura do deputado Luciano Cartaxo para oficializar a comemoração no dia 13 de março foi acompanhada pela categoria na ALPB.

Apoio dos parlamentares

Parlamentares paraibanos manifestaram a indignação contra a revogação, de forma autoritária, do artigo 8º da Lei do Subsídio. Os Deputados Manoel Júnior e Major Fábio se declararam contrários à revogação do artigo, enquanto o Senador Vital do Rego Filho divulgou notícia em seu site, na qual apóia a luta da categoria.

Em sessão na ALPB na quinta-feira última (2/02), o deputado estadual Luciano Cartaxo demonstrou indignação com os atos do Governo contra a categoria que arrecada recursos para o próprio Estado. Desde a greve deflagrada em 2011, o Sindifisco-PB tem recebido inúmeros votos de solidariedade e apoio da sociedade e autoridades paraibanas.

Fórum dos Servidores está mobilizado

O Fórum dos Servidores se reunirá nesta quarta-feira (8), às 18h, na sede do Sindifisco-PB, para elaborar as estratégias na luta contra os desmandos do Governo Ricardo Coutinho. Uma das ações previstas é um café-da-manhã com parlamentares para tratar das reivindicações dos servidores, dia 13, na sede do Sindicato.

Na reunião de quarta também serão definidos detalhes da Caravana da Vergonha, que percorrerá todo o Estado propagando as arbitrariedades do Governo e o desmantelamento da administração pública.